

INFERÊNCIA DA MELHOR EXPLICAÇÃO^{1 2}

Gilbert Harman³
Universidade de Princeton

Pretendo mostrar que a indução enumerativa não deve, por si só, ser considerada uma forma garantida de inferência não-dedutiva⁴. Eu afirmo que, nos casos em que uma inferência garantida aparentemente é um caso da indução enumerativa, a inferência deve ser descrita como um caso especial de outra forma de inferência, a qual eu denominarei “inferência da melhor explicação”.

A forma do meu argumento na primeira parte deste artigo é a seguinte: eu defendo que, mesmo que se aceite a indução enumerativa como uma forma de inferência não-dedutiva, deve-se admitir a existência da “inferência da melhor explicação”. Em seguida eu defendo que todas as inferências garantidas que podem ser descritas como casos de indução enumerativa devem ser igualmente descritas como casos de inferência da melhor explicação.

Deste modo, na minha opinião, ou (a) a indução enumerativa não é sempre garantida, ou (b) a indução enumerativa é sempre garantida, mas é um desinteressante caso particular de uma forma mais geral de inferência, a inferência da melhor explicação. Dependerá de uma interpretação particular de “indução enumerativa” se minha perspectiva deve ser expressa como (a) ou (b).

Na segunda parte deste artigo tento mostrar de que modo considerar a inferência da melhor explicação (em vez da indução enumerativa) como sendo a forma básica de inferência não-dedutiva nos habilita a explicar uma interessante característica do nosso uso da palavra “conhecer”. Isto fornece

¹ Este artigo está baseado em uma comunicação de dezembro de 1963 no encontro da *Eastern Division of the American Philosophical Association* em Washington. Eu quero agradecer a J. J. Katz, R. P. Wolff e a um parecerista da *Philosophical Review* por seus proveitosos comentários.

² Esta é uma tradução do artigo “Inference to the Best Explanation”, publicado em *The Philosophical Review*, v.74, n.1. (Jan., 1965), p.88-95. Os tradutores agradecem a *The Philosophical Review* (revista publicada pela *Duke University Press*) e a Gilbert Harman pela permissão para a publicação desta tradução. (Nota dos tradutores).

³ É autor de *Thought* (1973), *Change in View: Principles of Reasoning* (1989) e recentemente lançou *Reliable Reasoning: Induction and Statistical Learning Theory* (2007). Para maiores informações sobre o autor acesse <http://www.princeton.edu/~harman/>. (Nota dos tradutores).

⁴ A indução enumerativa [permite] inferir a regularidade universal ou pelo menos a regularidade no próximo caso a partir da regularidade observada.

uma razão adicional para descrever nossas inferências como casos de inferência da melhor explicação em vez de casos de indução enumerativa.

I

“A inferência da melhor explicação” corresponde aproximadamente ao que outros chamaram de “abdução”, “o método das hipóteses”, “inferência hipotética”, “o método da eliminação”, “indução eliminativa” e “inferência teórica”. Eu prefiro minha própria terminologia porque acredito que ela evita a maior parte das sugestões enganadoras das terminologias alternativas.

Ao inferir a melhor explicação se infere, do fato de que uma certa hipótese explicaria a evidência, a verdade desta hipótese. Em geral várias hipóteses podem explicar a evidência, por isso devemos ser capazes de rejeitar todas hipóteses alternativas antes de estarmos seguros ao fazer a inferência. Portanto se infere, da premissa de que uma dada hipótese forneceria uma “melhor” explicação para a evidência do que quaisquer outras hipóteses, a conclusão de que esta determinada hipótese é verdadeira.

Há, é claro, um problema a respeito de como julgar que uma hipótese é suficientemente melhor que outra hipótese. Tal julgamento, presumivelmente, estará baseado em considerações tais como: qual hipótese é mais simples, qual é mais plausível, qual explica mais, qual é menos *ad hoc* etc. Eu não desejo negar que há um problema de explicar a natureza exata dessas considerações; porém, não me manifestarei mais sobre este problema.

São numerosos os usos da inferência da melhor explicação. Quando um detetive junta as evidências e conclui [que o assassino] *deve* ter sido o mordomo, ele está argumentando que nenhuma outra explicação que explica [*accounts for*] todos os fatos é suficientemente plausível ou suficientemente simples para ser aceita. Quando um cientista infere a existência de átomos e de partículas subatômicas, ele está inferindo a verdade de uma explicação para os diversos dados que ele deseja explicar. Estes parecem casos óbvios; mas há muitos outros. Quando nós inferimos que uma testemunha está falando a verdade, nossa inferência é a seguinte: (i) nós inferimos que ela diz o que diz porque acredita nisso; (ii) nós inferimos que ela acredita no que diz, porque ele realmente testemunhou a situação por ela descrita. Isto é, nossa confiança em seu testemunho está baseada em nossa conclusão acerca da explicação mais plausível para este testemunho. Nossa confiança diminuiria se pensássemos que existe alguma outra explicação possível para seu testemunho (se, por exemplo, ela tem algo a ganhar se acreditarmos nela). Ou, num exemplo diferente, quando inferimos algum fato da experiência mental de uma pessoa a partir de seu comportamento, estamos inferindo que este fato é uma explicação melhor do que outra.

Tenho a impressão de que estes exemplos de inferência (e, é claro, muitos outros exemplos similares) são facilmente descritos como casos de inferência da melhor explicação. Eu não vejo, entretanto, como tais exemplos podem ser descritos como casos de indução enumerativa. Talvez fosse plausível (pelo menos *prima facie*) que a inferência da proposição de que o mordomo [cometeu assassinato] a partir das evidências dispersas pudesse ser descrita como um uso complexo da indução enumerativa; mas é difícil ver de que modo alguém detalharia uma inferência deste tipo. O mesmo se aplica à inferência da verdade do testemunho a partir do próprio testemunho. Mas, o que quer que se pense sobre estes dois casos, a inferência da teoria das partículas subatômicas a partir de dados experimentais certamente não parece ser descritível como um caso de da indução enumerativa. O mesmo aparenta ser verdadeiro para a maior parte de inferências sobre as experiências mentais de outras pessoas.

Eu não pretendo ter uma prova conclusiva de que tais inferências não podem ser compreendidas como utilizações complexas da indução enumerativa. Mas eu penso que o ônus da prova aqui recai para os que nesta questão defendem a indução, e eu estou confiante de que qualquer esforço de considerar estas inferências como induções está fadado ao fracasso. Portanto afirmo que, mesmo se alguém se permitir o uso da indução enumerativa, ele ainda precisará se valer de outra forma de inferência não-dedutiva.

Entretanto, como agora mostrarei, o contrário não se sustenta. Se alguém se permite o uso da inferência da melhor explicação, ele não precisa utilizar a indução enumerativa (como uma forma independente de inferência). A indução enumerativa, como uma forma independente de inferência não-dedutiva, é desnecessária. Todos os casos em que alguém parece estar utilizando-a podem também ser casos em que alguém está construindo uma inferência da melhor explicação.

Pretende-se que a indução enumerativa seja um tipo de inferência que exemplifica a seguinte forma. Do fato que todos A's observados são B's, nós podemos inferir que todos A's são B's (ou podemos inferir que pelo menos o próximo A provavelmente será um B). Porém, na prática, não sabemos apenas que todos A's observados são B's, e, antes de fazermos a inferência, é uma boa prática indutiva, para nós, considerarmos a evidência total. Às vezes, à luz da evidência total, nós estamos garantidos em construir nossa indução, mas outras vezes não. Sendo assim, devemos nos colocar a seguinte questão: sob quais condições é permitido fazer uma inferência indutiva?

Eu penso que é razoável dizer que, se nos voltarmos para a lógica indutiva e seus lógicos para obtermos uma resposta a esta questão, ficaremos desapontados. Se, todavia, nós pensarmos a inferência como uma inferência da melhor explicação, nós podemos explicar quando uma pessoa está e quando ela não está garantida para construir a inferência de “todos A's observados são

B's" para "todos A's são B's". A resposta é que alguém está garantido ao construir essa inferência quando a hipótese de que todos A's são B's é (à luz de toda a evidência) uma hipótese melhor, mais simples, mais plausível (etc) do que, por exemplo, a hipótese de que alguém está direcionando a amostra observada a fim de nos fazer pensar que todos A's são B's. Por outro lado, como a evidência total torna alguma outra hipótese rival plausível, alguém pode não inferir uma correlação completa [para todos os A's] a partir da correlação passada na amostra observada.

A inferência "O próximo A observado será B" a partir de "Todos A's observados são B's" pode ser tratada da mesma forma. Aqui, deve-se comparar a hipótese de que o próximo A será diferente dos A's anteriores com a hipótese de que o próximo A será similar aos A's anteriores. Uma vez que a hipótese de que o próximo A será similar é uma melhor hipótese à luz de toda a evidência, a suposta indução está garantida. Mas, se não há nenhuma razão que impeça uma mudança, então a indução não está garantida.

Eu concluo que as inferências que parecem ser aplicações de indução enumerativa são mais adequadamente descritas como casos de inferência da melhor explicação. Meu argumento foi o de que: (1) existem muitas inferências que não podem ser compreendidas como aplicações da indução enumerativa, mas (2) podemos considerar quando é adequado fazer inferências que parecem ser aplicações de indução enumerativa, se descrevemos essas inferências como casos de inferência da melhor explicação.

II

Darei agora mais uma razão para descrevermos as nossas inferências como casos de inferência da melhor explicação ao invés de casos de indução enumerativa⁵. Descrever nossa inferência como indução enumerativa encobre o fato de que nossa inferência faz uso de certos pressupostos, ao passo que, como eu mostro abaixo, descrever a inferência como uma inferência da melhor explicação expõe esses pressupostos. Esses pressupostos intermediários ocupam um papel na análise do conhecimento baseado na inferência. Portanto, se queremos compreender esse conhecimento, devemos descrever nossa inferência como inferência da melhor explicação.

Começo mencionando um fato sobre a análise de "conhecer" que é frequentemente deixado de lado⁶. Hoje em dia é admitido geralmente pelos

⁵ No que segue, quando eu falo de "descrever uma inferência como uma instância da indução enumerativa", eu concebo essa frase como excluindo a noção da inferência como uma instância da inferência da melhor explicação. Não me incomodo de falar da indução enumerativa em casos em que se reconhece a inferência como um caso especial da inferência da melhor explicação.

⁶ Mas ver GETTIER, E. L., "Is Justified True Belief Knowledge?". In: *Analysis*, 23, 1963, p.121-123 and CLARK, M. "Knowledge and Grounds: A Comment on Mr. Gettier's Paper". In: *Analysis*, 24, 1963, p.46-48.

epistemólogos que, se uma pessoa tem conhecimento, sua crença deve ser verdadeira e garantida. Nós devemos assumir que estamos agora falando de uma crença que está baseada numa inferência (garantida)⁷. Neste caso, para ter conhecimento não é suficiente que a crença final da pessoa seja verdadeira. Se essas proposições intermediárias são garantidas, mas falsas, então a pessoa não pode ser descrita corretamente como *conhecidora* da conclusão. Vou me referir a esta condição necessária do conhecimento como “a condição de que os pressupostos sejam verdadeiros”.

Para ilustrar essa condição, suponhamos que eu leia num quadro de avisos do departamento de filosofia que Stuart Hampshire fará uma palestra em Princeton hoje à noite. Suponhamos também que isso garanta minha crença de que Hampshire fará uma palestra. A partir desta crença, nós podemos supor que eu inferi que Hampshire fará uma palestra (em algum lugar) hoje à noite. Essa crença também está garantida. Agora suponhamos que, sem eu saber, o encontro de hoje à noite foi cancelado várias semanas atrás, embora ninguém tenha pensado em remover o anúncio do quadro de avisos. Minha crença de que Hampshire fará uma palestra em Princeton hoje à noite é falsa. Segue-se que eu não sei se Hampshire fará ou não uma palestra (em algum lugar) hoje à noite, embora eu tenha razão de acreditar que ele fará uma palestra. Mesmo que por acaso eu tenha razão (porque Hampshire aceitou um convite para fazer uma palestra na N.Y.U), eu não sei que Hampshire irá fazer uma palestra hoje a noite. A condição de que os pressupostos sejam verdadeiros não foi satisfeita neste caso.

Agora utilizarei a condição – os pressupostos devem ser verdadeiros – para dar uma nova razão para descrever as inferências nas quais a crença está baseada como casos de inferência da melhor explicação ao invés de uma indução enumerativa. Eu tomarei dois tipos diferentes de conhecimento (conhecimento a partir da autoridade e conhecimento a partir das experiências mentais de outras pessoas) e mostrarei como nosso julgamento ordinário de quando há e de quando não há conhecimento deve ser descrito em termos de nossa crença de que a inferência envolvida deve fazer uso de certos pressupostos. Então eu afirmarei que o uso desses pressupostos somente pode ser entendido se a inferência for sempre descrita como a inferência da melhor explicação.

Em primeiro lugar, considere quais pressupostos são usados para obter conhecimento a partir de uma autoridade. Vamos imaginar que esta autoridade é uma pessoa que é especialista em seu campo ou é uma citação de um livro confiável. É óbvio, neste sentido, que grande parte do nosso conhecimento está fundamentada em uma autoridade. Quando um especialista

⁷ Conforme [meu artigo] “How Belief Is Based on Inference”. In: *The Journal of Philosophy*, LXI, 1964, p.353-360.

nos diz alguma coisa sobre certo assunto ou quando nós estudamos um assunto, em geral nos sentimos seguros em acreditar que o que dizemos ou o que lemos está correto. Agora, uma condição que deve ser satisfeita se nossa crença for considerada como conhecimento é que nossa crença deve ser verdadeira. Uma segunda condição é a seguinte: não pode haver erro naquilo que dizemos ou lemos. Ou seja, o locutor não deve ter tido um deslize de linguagem que afetou o sentido [do que dizemos ou lemos]. Nossa crença não deve estar baseada numa leitura errada de algo mal impresso. Mesmo se o deslize de linguagem ou o erro de impressão fizeram acidentalmente com que uma falsidade se tornasse verdade, nós não podemos adquirir conhecimento a partir disto. Isto indica que a inferência que construímos do testemunho para a verdade deve conter como um pressuposto a proposição de que o testemunho se estabeleceu porque é passível de crença e não por causa de um deslize de linguagem ou da máquina de escrever. Deste modo, nosso relato (*account*) desta inferência deve mostrar o papel ocupado por um tal pressuposto.

Meu outro exemplo envolve o conhecimento da experiência mental alcançada a partir da observação do comportamento. Suponhamos que venhamos a saber que a mão de uma outra pessoa está doendo vendo como ela empurra sua mão para longe de um fogão quente no qual ela acidentalmente tocou. É fácil ver que nossa inferência aqui (do comportamento para a dor) envolve como pressuposto a proposição que a dor é responsável pelo repentino afastamento da mão. (Nós não conhecemos a mão machucada, e mesmo que estejamos corretos sobre a dor, ainda pode existir alguma explicação alternativa para o afastamento.) Portanto, ao explicar a inferência aqui, nós queremos explicar o papel desse pressuposto na inferência.

Reivindico que, se descrevemos as inferências dos exemplos como instâncias da inferência da melhor explicação, então facilmente percebemos que pressupostos tais como os descritos acima são uma parte essencial da inferência. Por outro lado, se nós descrevemos as inferências como casos de indução enumerativa⁸, então nós obscurecemos o papel de tais pressupostos. Quando as inferências são descritas como basicamente indutivas, nós somos levados a pensar que os pressupostos são, em princípio, elimináveis. Eles não são tão elimináveis assim. Se nós estamos descrevendo corretamente nosso uso da palavra “conhecer”, nós devemos nos lembrar que estas inferências são casos de inferência da melhor explicação.

Nos dois exemplos, a função dos pressupostos em nossas inferências é explicada somente se lembrarmos que devemos inferir uma explicação dos dados. No primeiro exemplo nós inferimos que a melhor explicação para o que lemos ou ouvimos é dada pela hipótese de que o testemunho é o resultado

⁸ Ver nota 4.

da crença naquilo que um especialista expressou sem deslize de linguagem ou deslize da máquina de escrever. A partir desse pressuposto intermediário nós inferimos a verdade do testemunho. Além disso, ao construir a inferência do comportamento para a dor, nós inferimos o pressuposto intermediário de que a melhor explicação para o comportamento observado é dada pela hipótese de que esse comportamento resulta da ação repentina do agente na dor.

Se no primeiro exemplo nós pensamos que estamos usando a indução enumerativa, então parece em princípio possível enunciar toda a evidência relevante em sentenças de correlação entre (por um lado) o testemunho de um certo tipo de pessoa sobre um certo assunto - testemunho este que é dado de um certo modo -, e (por outro lado) a verdade deste testemunho. Nossa inferência parece estar completamente descrita dizendo que inferimos a correlação no presente caso a partir da correlação entre testemunho e verdade no passado. Mas, como vimos, este não é um relato (*account*) satisfatório da inferência em que realmente apoiamos nosso conhecimento, já que este relato (*account*) não pode explicar a relevância essencial de se há ou não um deslize de linguagem ou um erro de impressão. Do mesmo modo, se a inferência do comportamento para a dor é pensada como indução enumerativa, novamente pareceria que adquirir a evidência é em princípio apenas uma questão de encontrar correlações entre comportamento e dor. Mas esta descrição exclui a parte essencial ocupada pelo pressuposto por meio do qual a experiência mental inferida deve figurar na explicação do comportamento observado.

Se considerarmos as inferências em que apoiamos nosso conhecimento como inferências da melhor explicação, então compreenderemos facilmente o papel dos pressupostos nestas inferências. Se pensarmos o nosso conhecimento como baseado na indução enumerativa (e esquecermos que a indução é um caso especial da inferência da melhor explicação), então pensaremos que a inferência é unicamente uma questão de encontrar correlações com as quais podemos projetar o futuro, e teremos um prejuízo ao explicar a relevância dos pressupostos intermediários. Se estamos adequadamente descrevendo as inferências nas quais nosso conhecimento repousa, devemos pensá-las como instâncias da inferência da melhor explicação.

Mostrei que a indução enumerativa não deveria ser considerada uma forma garantida de inferência por si só. Utilizei dois argumentos: (a) pode-se entender melhor as inferências (que parecem ser aplicações da indução enumerativa), descrevendo-as como instâncias da inferência da melhor explicação; e (b) pode-se relatar (*account for*) de forma mais apropriada certas condições necessárias da obtenção do conhecimento de alguém (por exemplo, o que é conhecimento da autoridade ou o que é conhecimento da experiência mental de outra pessoa obtido através da observação de seu comportamento), se nós explicamos estas condições (*conditions*) em função da condição (*condition*)

de que os pressupostos sejam verdadeiros e se nós consideramos a inferência na qual o conhecimento está baseado como a inferência da melhor explicação ao invés de uma indução enumerativa*.

E-mail: miriele_noldor@hotmail.com

Recebido: 15/04/2017

Aprovado: 21/08/2018

* Tradução de Marcos Rodrigues da Silva (Universidade Estadual de Londrina) e Miriele Sicote de Lima (PPGFil – UEL).